



RS SUSTENTÁVEL

PROGRAMA DE AJUSTES PARA O EQUILÍBRIO FISCAL



DIAGNÓSTICO

LRF

Despesa Pessoal Executivo:
46,59% RCL (acima do
Limite Prudencial 46,55%);
Dívida: 222,90% RCL (acima
Limite 200%)

Insuficiência crônica do
Orçamento de 2019:

R\$ 7 bi

(considerando riscos de dívida
com a União e precatórios)

2018/19

Déficit Anual da Previdência:

R\$ 11,6 bi

Estruturalmente, o Estado
não teria recursos para
quitar mais do que **8 folhas
de pagamento**

Restos a pagar (R\$ 4.4 bi em
pessoal e fornecedores) + valores
não pagos à União 2017/2018:

R\$ 15 bi

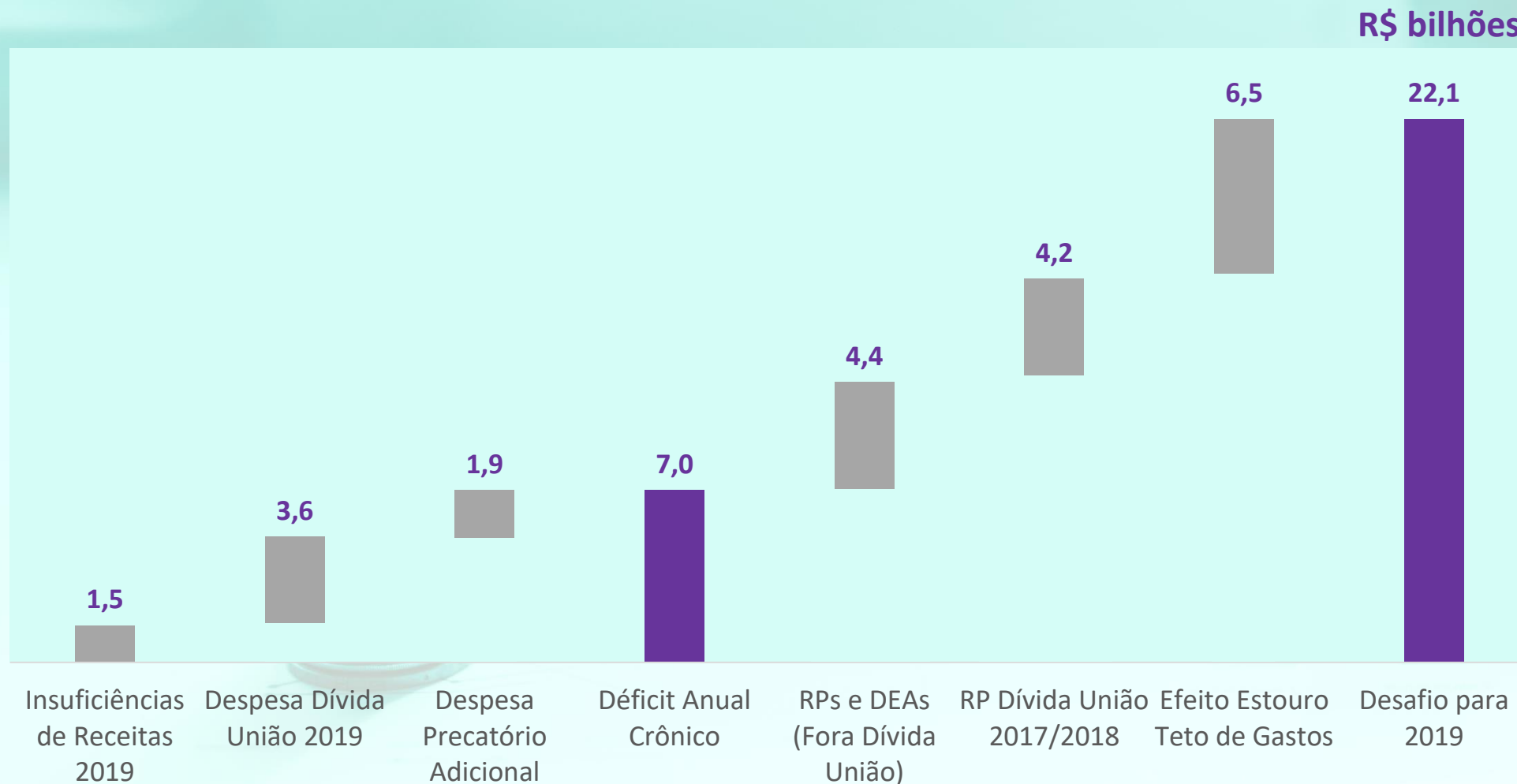
Desafio de equacionamento:

R\$ 43 bi

ao longo do mandato

(insuficiência estrutural por 4 anos +
passivos potenciais de R\$ 15 bilhões)

Resumo Desafios | Curto Prazo



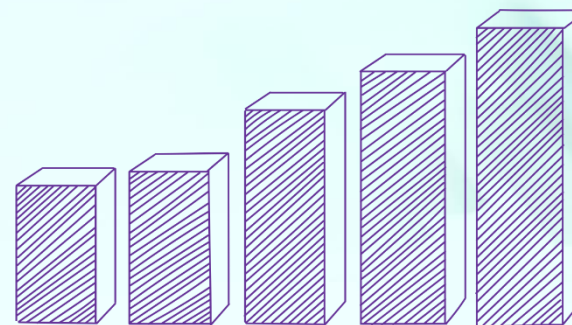
Ajuste fiscal para quê?

**Um Estado fiscalmente sustentável
promove justiça social
e induz mais produtividade e
crescimento econômico**

Onde queremos chegar

- ➔ Folha de pagamento de servidores em dia
- ➔ Quitar Despesas de Exercícios Anteriores com fornecedores
- ➔ Recuperar investimento do RS em parcerias com setor privado
- ➔ Modernização tributária com justiça fiscal e transparência

**Equilíbrio Orçamentário
(Receitas > Despesas)**



I. Racionalização das Despesas



II. Modernização das Receitas



EIXOS

III. Desestatização e Parcerias Privadas



I.1 Racionalização de Despesas: Política de Recursos Humanos



O que é:

Revisão das Despesas de Pessoal (alterações na estrutura remuneratória, atualização de Estatutos, estabelecimento de políticas de treinamento e de valorização dos servidores)



Fase atual:

Propostas em elaboração

Próximos passos:

Encaminhamento de Projetos de Lei à Assembleia Legislativa (maio/19 em diante)



Onde queremos chegar:

Folha de pagamentos em dia (curto prazo)

Modernização das carreiras, estrutura remuneratória compatível com a capacidade fiscal e políticas de valorização dos servidores

(curto-médio prazos)



Despesa bruta de pessoal total (2018):

R\$ 29 bi
(77% RCL)

78% da Folha:
Magistério e Segurança

I.2 Racionalização de Despesas:

Reforma da Previdência



O que é:

Implementar no âmbito estadual as alterações de regras da Reforma Constitucional (PEC 06/2019 e PL 1645/2019) e outras de alçada local



Fase atual:

Estimativa de impacto financeiro e atuarial da Reforma Federal da Previdência

Próximos passos:

Encaminhamento de Projetos de Lei à Assembleia Legislativa (maio/19 em diante)



Onde queremos chegar:

Diminuição do Déficit Previdenciário (curto prazo)

Maior Sustentabilidade do Regime Previdenciário (longo prazo)



Déficit Previdenciário Anual:

R\$ 11,6 bi

Déficit Previdenciário Atuarial:

R\$ 367 bi

Aposentados representam **53%** da Folha de Pagamentos

I.3 Racionalização de Despesas:

Regime de Recuperação Fiscal



O que é:

Ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (LC 159/2017)



Fase atual:

Negociações com o Governo Federal (Reunião com Ministro da Economia – 04/fev; Missão Técnica Tesouro Nacional – 26/mar)

Próximos passos:

Conclusão do Plano de Recuperação Fiscal;
Elaborar e encaminhar PLs à Assembleia (para as medidas aplicáveis)



Onde queremos chegar:

Não pagamento da Dívida com a União pelos próximos 3/6 anos (curto prazo)

Novas Operações de Crédito (curto prazo)

Garantia do Alongamento das Dívidas (longo prazo)



Economia estimada de pagamentos até 2025:

R\$ 14,8 bi

Operações de Crédito:

R\$ 3 bi

- Dívida com União: **R\$ 63 bi**
- Despesa (2019): **R\$ 3,6 bi**
- Valores não pagos 2017/18
+ Efeito do Teto de Gastos:
R\$ 10,7 bi

I.4 Racionalização de Despesas: Precatórios



O que é:

Plano de Quitação de Precatórios compatível com a capacidade de pagamento do Estado (1,5% da RCL)



Fase atual:

Proposição de plano que contempla outras medidas além do pagamento pecuniário

Próximos passos:

Negociações junto ao Tribunal de Justiça e discussão federativa sobre eventual alteração da EC 99/17



Onde queremos chegar:

Evitar desembolso adicional de R\$ 1,9 bilhão/ano até 2024



Estoque:

R\$ 15 bi

- **Dispêndio atual:**
R\$ 600 milhões a.a.
- **Dispêndio Adicional:**
R\$ 1,9 bilhão/ano até 2024

I.5 Racionalização de Despesas:

Eficiência do Gasto Corrente



O que é:

Controle de gastos discricionários, em termos de volume e de qualidade

Quitação de restos a pagar de acordo com a capacidade do Estado



Fase atual:

Decretos de janeiro/19:

Renegociação de contratos com os fornecedores;

Contingenciamento do Orçamento;

Negociação de prazos para os restos a pagar;

Levantamento de despesas sem empenho

Próximos passos:

Monitoramento das ações

Novas etapas do gerenciamento matricial de despesas



Onde queremos chegar:

Equilibrar o orçamento

Evitar pagamentos em atraso a fornecedores



Despesas discricionárias:

R\$ 3,8 bi (2019)

Contingenciamento inicial (2019):

R\$ 530 mi

Restos a Pagar 2018 de fornecedores:

R\$ 1,8 bi

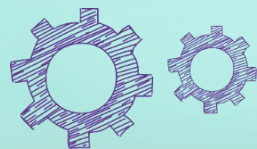
II.1 Modernização das Receitas Correntes



O que é:

Planos de otimização e eficiência da Administração Tributária, Recuperação de Dívida Ativa e Administração Patrimonial;

Política tributária que concilie viés arrecadatório com melhoria do ambiente de negócios



Fase atual:

Conclusão das etapas previstas no Decreto 54.477/2019:

- Projetos Receita 2022;
- Revisão de benefícios fiscais;
- Recuperação dos valores em Dívida Ativa;
- Aprimoramento da administração do patrimônio imobiliário

Próximos passos:

Implementação dos projetos



Onde queremos chegar:

Crescimento da arrecadação em parceria com desenvolvimento econômico



ICMS anual:

R\$ 35 bi

Estoque de Dívida Ativa líquido de provisões:

R\$ 13 bi

Estoque de imóveis*:

R\$ 800 milhões

**Imóveis com potencial para alienação ou permuta por área construída.*

II.2 Operações Financeiras para Gestão de Liquidez



O que é: Busca de oportunidades pontuais de receitas extraordinárias, exclusivamente para gestão de liquidez

Vedada utilização como lastro para novos gastos recorrentes



Fase atual:

Identificação de ativos para securitização e outras formas de vendas

Próximos passos:

Implementação dos projetos



Onde queremos chegar:

Auxílio na gestão de liquidez, facilitando a travessia até os anos de maiores impactos dos ajustes estruturais



Receitas estimadas:

R\$ 2 bi

III. Parcerias Privadas e Desestatizações



O que é:

Privatizações,
Aberturas de Capital,
Concessões e PPPs

Decisões focadas não somente nas receitas advindas, mas principalmente na visão de desenvolvimento que a parceria com setor privado pode trazer para a infraestrutura do Estado



Fase atual:

Encaminhada à ALRS a PEC nº 272/2019 para a retirada da exigência de plebiscito para privatizações (CEEE, CRM e Sulgás).

Lançado o Programa RS Parcerias
Cooperação técnica com o BNDES em fase de negociação

Próximos passos:

PLs para as vendas integrais, após aprovação da PEC nº 272/2019

Realização das operações



Onde queremos chegar:

Aumento nos investimentos de infraestrutura do RS em parceria com setor privado

Obtenção de receitas complementares para o ajuste fiscal



Receitas estimadas:

R\$ 8 bi

R\$ 3,4 bi

Nos investimentos dos 4 primeiros projetos lançados em 2019

Resumo dos primeiros 100 dias

→ RECURSOS HUMANOS E PREVIDÊNCIA:

- a) Projetos de Lei para revisão dos Estatutos e de políticas de RH em preparação
- b) Aprovado na ALRS em março de 2019 o fim da licença prêmio
- c) Estabelecido o compromisso de divulgação do calendário de folha até o último dia de cada mês

→ REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL:

- a) Retomadas as discussões em janeiro/19
- b) Missão mais recente da STN: 26/março

→ GASTOS CORRENTES:

- a) Contingenciamento de R\$ 530 milhões na abertura do orçamento
- b) Decretos de 1/janeiro determinaram renegociações de contratos e auditorias de despesas não empenhadas
- c) Redução de 1.789 veículos (9,5% da frota)

→ MODERNIZAÇÃO DAS RECEITAS:

- a) Planos da Administração Tributária em elaboração (simplificação, combate à sonegação, revisão de benefícios fiscais)
- b) Reforço das operações de combate à sonegação (4 operações em março)
- c) Lançamento do aplicativo Menor Preço Nota Gaúcha no Dia Mundial do Consumidor
- d) Oportunidades de monetização de outros ativos estaduais em avaliação
- e) Primeiros editais de vendas de imóveis já lançados

→ PARCERIAS PRIVADAS:

- a) Encaminhada PEC à ALRS para a retirada da exigência de plebiscito para privatizações (CEEE, CRM e Sulgás)
- b) Lançado o Programa RS Parcerias, inicialmente com quatro concessões anunciadas

Plano de ação



- Diagnóstico da situação fiscal
- Contingenciamento inicial de R\$ 530 milhões
- Calendário Mensal para a Folha
- Fim da Licença Prêmio
- PEC Plebiscito enviada à Assembleia
- Programa RS Parcerias
- Iniciada a venda de imóveis
- Aplicativo Menor Preço Nota Gaúcha



- Enviar PLs autorizativos para privatizações
- Enviar PLs de revisão dos Estatutos de servidores
- Planos de modernização das receitas
- Revisão dos Incentivos Fiscais
- Acordo de Cooperação Técnica BNDES para Desestatizações/PPPs



- Lançar editais de privatizações
- Apresentar Reforma Tributária
- Lançar novas concessões e vendas de imóveis

1º SEMESTRE

2019

2º SEMESTRE

| COMPROMISSO |

FOLHA
EM DIA

1º SEMESTRE

2020

2º SEMESTRE



- Assinar Regime de Recuperação Fiscal
- Adequar previdência às reformas federais
- Aprovar Plano de Precatórios



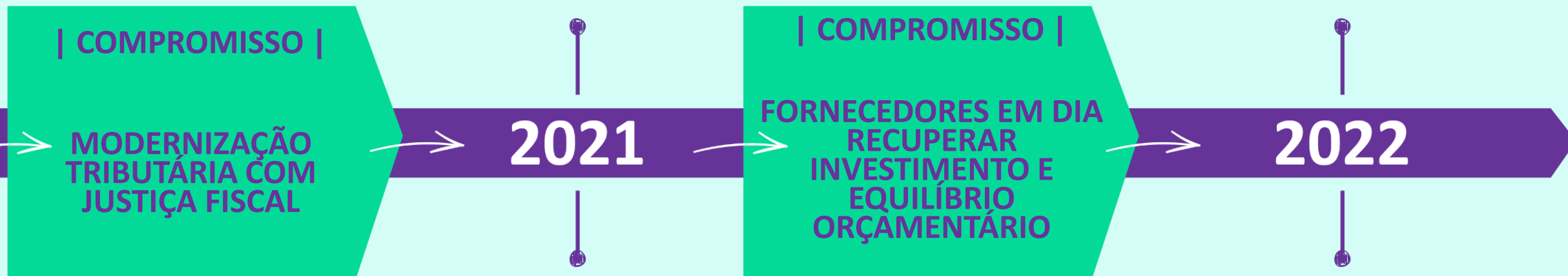
- Concluir operações das privatizações

Contingenciamento inicial e reforço da qualidade dos gastos (atividade permanente)

Plano de ação



- Novo Regime ICMS sem alíquotas majoradas
- Novas concessões e vendas de imóveis



- Conclusão dos 3 primeiros anos do RRF
- Conclusão dos projetos Receita 2019-2022

Contingenciamento inicial e reforço da qualidade dos gastos (atividade permanente)

OBRIGADO!



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

